Indaiatuba, 12 de fevereiro de 2014.

Excelentíssimo Senhor

Deputado Hugo Leal

Presidente da Frente Parlamentar em Defesa do Trânsito Seguro da Câmara dos Deputados de Brasília – DF.

Deputado Rodrigo Maia

Presidente da Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados. Brasília – DF.

Assunto: Obrigatoriedade de Simuladores nos Centros de Formação de Condutor

Excelentíssimo Senhor,

O **Observatório Nacional de Segurança Viária**, organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP), considerando os seus objetivos sociais, nas quais encontram-se a promoção de direitos estabelecidos e construção de novos direitos no campo de segurança viária e veicular, contribuindo com os principais órgãos públicos e com a sociedade para tornar o trânsito cada vez mais seguro, bem como ii) a produção de estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas e inovadoras, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que envolvam a segurança viária e veicular, VEM, por meio deste ofício, informar e ao final requerer o quanto segue.

É de conhecimento da sociedade que, atualmente, encontram-se em trâmite nessa Casa 2 (dois) projetos de Lei tratando do uso obrigatório de simuladores nos Centros de Formação de Condutores.

É, igualmente, sabido que ambos projetos transitam por extremos absolutos, causando uma grande celeuma que preocupa a sociedade, tanto porque até o momento não foram apresentados argumentos técnicos para validar ou invalidar tais simuladores, como diante dos impactos econômicos que tal discussão pode causar. Vejamos :

1. O Projeto de Lei n.º 4449/2012, de autoria do Deputado Mauro Lopes, é favorável à introdução dessa tecnologia na formação do condutor, chegando as vias de propor a inclusão do § 3º ao artigo 158 do Código de Trânsito Brasileiro, exatamente para regulamentar tal obrigação.

Entre outros argumentos para justificar a pertinência de referido Projeto estão:

“(…) dirigir em um simulador permite que instrutor e aprendiz desenvolvam habilidades suficientes para enfrentar situações críticas;

- *o simulador replica situações perigosas, em ambiente seguro, sem vidas em risco e sem danos ao veículo;*

-

O uso do simulador pode reduzir os índices de falha do aprendiz, assim, reduziros índices de acidentes e melhorar seu desempenho quando no mundo real;

-

O simulador de direção permite efetivamente ao aprendiz experimentar os perigos do mundo real, antes de vivenciá-lo na via pública.(...)” (sic)

2. De outra sorte, o Projeto de Decreto Legislativo n.º 1263/2013, de autoria do Deputado Marcelo Almeida, é absolutamente contrário a tal obrigatoriedade, tendo como objeto principal a revogação da Resolução 444/2013 do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), o qual, a partir de sua competência e atribuição, regulamentou a obrigatoriedade de mencionada tecnologia, no âmbito do Poder Executivo.

Para justificar a revogação da Resolução do CONTRAN, o autor argumenta, dentre outros motivos, questões de ordem econômica e favorecimentos, a saber:

“ (...) Ao mesmo tempo que o Poder Legislativo outorgou a um colegiado do Poder Executivo ampla liberdade de regular um assunto que vai interferir na estrutura dos milhares de centros destinados a formação de condutores, e por consequência na vida de milhões de pessoas, por vezes é necessário analisar de que forma o CONTRAN está usando esse ‘poder’. Pois caso se perceba que essa competência livre e ampla, esse ‘poder’ não está sendo usado de forma pura e despida de qualquer outro interesse que não seja a preservação da vida e a busca por um trânsito seguro, poderemos chegar no ponto que ao invés de ampliar ainda mais essa competência, CONTRAN se suporta em técnicos que compõe as Câmaras Temáticas para subsidiar suas decisões e regulamentações.

Gostaria de entender qual foi o convencimento desses técnicos no caso dos simuladores. O CONTRAN se suporta em técnicos que compõe as Câmaras Temáticas para subsidiar suas decisões e regulamentações.

Em relação ao comprador simulador, a partir do momento que a Resolução nº 444/13, permite compartilhamento do mesmo simulador, instala-se a locação ou comodato do equipamento fornecido pelo mesmo fornecedor.

Como os CFC são pessoas jurídicas de direito privado não terão escolha. Ou seja, não é o Poder Público que precisa “licitar” para

comprar ou locar o equipamento, mas ele impõe ao particular que o tenha.

Seria uma forma transversa de burlar a Lei 8.666/93? E se o CONTRAN exigir que o automóvel tenha que ser VW Gol 1.0, não é a mesma coisa?

É importante esclarecer que, na Europa e nos EUA o uso de simuladores não faz parte do processo de formação de condutores, ou seja, não há a exigência de horas/aulas em simuladores para obter a carteira de motorista, o que nos leva a refletir sobre a real necessidade de aulas em simuladores como requisito para obter a habilitação.

Convido a reflexão. Porque será que Nações desenvolvidas, com uma legislação de trânsito mais avançada que a nossa e com políticas públicas bem sucedidas voltadas a educação no trânsito, tenham desconsiderado o uso de simuladores no processo de formação de condutores? Simples, porque os simuladores não tem eficácia comprovada; não faz diferença no processo de formação dos condutores. É desnecessário! (...)"

Pois bem. Salvo melhor juízo, nenhum dos autores de ambos os projetos demonstraram à sociedade, com o respaldo e/ou estudo científico indispensável, a real necessidade ou não dessa tecnologia ser introduzida na formação do condutor.

A par disso, não é crível permitir que a sociedade permaneça no meio da discussão, sem saber, de verdade, os benefícios ou a inocuidade dessa tecnologia. E o desfecho, permanecendo a sociedade às escuras, poderá ser a validação de consequências desastrosas para todos, independentemente de ser legitimada ou desprezada referida tecnologia. Veja, nobres parlamentares, que uma decisão precipitada, com base em suspeitas e "achismos", pode ser fatal para a sociedade.

Assim, para auxiliar tecnicamente nessa discussão, saudável e necessária, mas atualmente desarticulada, essa r. Casa, na condição de representante da sociedade, deve garantir que qualquer decisão será baseada na confirmação contundente de ser ou não essa tecnologia realmente benéfica à sociedade e fiel aos seus propósitos.

E mais, deve garantir a sustentação incontroversa i) de que essa tecnologia tem (ou não) condições de melhor complementar o preparo do condutor para o ato de dirigir; ii) que essa tecnologia consegue (ou não) atingir a finalidade de repassar o conhecimento suficiente ao o condutor em relação às situações de riscos nas vias brasileiras, que ele certamente irá encontrar ao longo de sua vida; e, por fim, iii) se essa tecnologia efetivamente pode contribuir (ou não) para a redução dos acidentes e das mazelas cometidas diariamente no trânsito brasileiro.

É isso que a sociedade espera na solução dessa divergência acalorada.

Por esta razão, e diante da preocupação que cerca a sociedade em relação ao tema, pois engana-se aquele que acredita que a sociedade está alheia a tal discussão, o **Observatório Nacional de Segurança Viária** vem tornar público o seu projeto de avaliação técnica dos simuladores, a ser realizado por especialistas vinculados a esta instituição e que tem por única finalidade avaliar a eficiência da tecnologia em comparação aos seus propósitos, subsidiando a sociedade com a informação técnica adequada. Esta avaliação faz parte do trabalho ora em desenvolvimento que apresentará a esta casa uma proposta de Lei de Diretrizes e Bases para Formação do Condutor, onde o item simulador está entre as etapas que estão sendo verificadas. Ressalta-se que referido projeto será concluído em 30 (trinta) dias, sendo que o mesmo já se encontra em andamento desde 01/02/2014,

Assim, considerando que o **Observatório** é uma entidade absolutamente imparcial, cujos interesses são integralmente voltados para o aprimoramento do trânsito brasileiro, seja no aprimoramento do condutor, do veículo ou das vias, e com base no interesse social que pode ser atribuído a citado projeto, vem, requerer, a essa r. Casa:

- a) Que seja recomendada a suspensão do tramite dos Projetos de Lei e Decreto Legislativo, em epígrafe, até que o estudo de responsabilidade do **Observatório** seja satisfatoriamente concluído e apresentado;
- b) Que essa r. Casa receba a conclusão de referido projeto, alicerçado em imparcialidade, tecnicidade e defesa dos interesses coletivos, para alimentar as discussões sobre o uso ou não da tecnologia em voga, complementando, assim, os documentos utilizados para votação dos projetos aqui mencionados.

O **Observatório**, assim como a sociedade, entende necessário o embasamento técnico para qualquer decisão sobre referida tecnologia e não pode permitir que tão importante discussão permaneça no campo das suposições, quando a sociedade tem à disposição uma entidade que se prontificou e tem se prontificado a avaliar toda e qualquer mudança apta a alterar, direta ou indiretamente, a dinâmica do trânsito brasileiro, com total isenção.

Sendo o que cabia informar e requerer, aguarda-se o pronto atendimento deste ofício, nos termos aqui referendados,

---

OBSERVATÓRIO NACIONAL DE SEGURANÇA VIÁRIA